

## MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### AQUISIÇÕES



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 2.394/2025)

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais e serviços de instalação de sistema de monitoramento eletrônico para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - MATERIAIS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO						
Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT e CATSER	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29835504 628194	CÂMERA DE SEGURANÇA BULLET FULL HD (MULTITECNOLOGIA) Especificações mínimas: Tipo: Bullet, para uso interno e externo. Sensor de imagem CMOS de 2 megapixels, resolução mínima 1920 x 1080p (Full HD). Lente fixa de aproximadamente 2.8 mm, com ângulo de visão horizontal mínimo de 100°. Alcance de iluminação infravermelha (IR) mínima de 20 metros, com ajuste inteligente de intensidade (Smart IR). Compatível com, no mínimo, 4 tecnologias de transmissão: HDCVI, HDTVI, AHD e CVBS (analógica), com seleção via menu OSD ou equivalente. Funções de imagem: Day & Night (ICR automático, com operação em preto e branco no modo noturno), DNR (redução digital de ruído), BLC (compensação de luz de fundo) e DWDR (alcance dinâmico digital). Menu OSD configurável em Português. Grau de proteção contra intempéries IP66 ou superior. Conector de vídeo BNC e alimentação 12 VDC, com proteção contra surtos. Faixa de operação de temperatura de pelo menos -30 °C a +60 °C. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual	350	UN	235,98	82.593,00

		de cada produto fornecido pelo fabricante.				
2	29835505 628194	CÂMERA DE SEGURANÇA BULLET FULL HD COM ÁUDIO EMBUTIDO Especificações mínimas: Tipo: Bullet, para uso interno e externo. Sensor de imagem CMOS de 2 megapixels, resolução mínima 1920 x 1080p (Full HD). Lente fixa em torno de 2.8 mm, com ângulo de visão horizontal mínimo de 100°. Iluminação infravermelha (IR inteligente), com alcance mínimo de 20 metros. Microfone embutido, com captação de áudio ambiente integrada à transmissão de vídeo. Compatível com, no mínimo, 4 tecnologias de transmissão: HDCVI, HDTVI, AHD e CVBS (analógica). Funções de imagem: Day & Night (ICR automático, com operação em preto e branco no modo noturno), DNR (redução digital de ruído), BLC (compensação de luz de fundo) e DWDR (alcance dinâmico digital). Menu OSD configurável em Português. Grau de proteção contra intempéries IP66 ou superior. Conector de vídeo BNC e alimentação 12 VDC, com proteção contra surtos. Faixa de operação de temperatura de pelo menos -30 °C a +60 °C. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante	100	UN	345,21	34.521,00
3	29835506 473587	GRAVADOR DE VÍDEO DIGITAL 16 CANAIS (DVR/NVR HÍBRIDO) Suporte a múltiplas tecnologias de vídeo (HDCVI, HDTVI, AHD, CVBS e IP). Saídas HDMI e VGA com resolução mínima Full HD (1080p). Capacidade para pelo menos 1 HD SATA interno. Compressão de vídeo compatível com H.265 ou superior. Recursos de análise inteligente de vídeo, incluindo detecção de pessoas e veículos. Compatibilidade com protocolo Onvif ou equivalente, permitindo integração com diferentes marcas de câmeras. Capacidade de operação em modo NVR (todos os canais IP). Suporte a até 16 canais de vídeo, expansível com canais IP adicionais. Compatibilidade com câmeras com áudio embutido e entrada de áudio dedicada. Reprodução e backup de gravações por dispositivo USB ou rede. Acesso remoto via software cliente e aplicativo móvel (Android e iOS). Proteção contra surtos elétricos nas entradas e saídas de	60	UN	1.706,47	102.388,20

		vídeo, rede e fonte de alimentação. Sistema operacional embarcado, com interface gráfica intuitiva. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.				
4	29835507 619814	DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV – 2TB Capacidade mínima: 2 Terabytes. Padrão de conexão: SATA III (6 Gb/s) ou superior. Tamanho físico: 3,5 polegadas. Tecnologia otimizada para uso contínuo em sistemas de vigilância (CFTV), projetado para funcionamento 24x7. Compatível com gravadores digitais de vídeo (DVR/NVR) das principais marcas do mercado. Consumo de energia eficiente, adequado para operação contínua. Garantia mínima de 2 anos. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	60	UN	464,63	27.877,80
5	29835508 608413	FONTE DE ALIMENTAÇÃO 12 VDC COM 5 AMPERES PARA SISTEMAS DE CFTV Especificações mínimas: Capacidade para alimentar até 20 câmeras HD simultaneamente. Saída 12 VDC com 5 amperes estabilizada, adequada para longas distâncias de cabeamento. Proteção contra sobrecarga, curto-circuito, sobretensão e surtos elétricos. Filtro antirruído para manter qualidade de imagem. Indicador de funcionamento via LED. Entrada bivolt automática, compatível com redes de 100 ~ 240V, 50/60 Hz. Temperatura de operação: 0 °C a 40 °C. Garantia mínima de 2 anos. Todas as descrições acima devem constar no datasheet ou manual de cada produto fornecido pelo fabricante.	150	UN	189,55	28.432,50
6	29835509 448177	PAR CONVERSOR DE VÍDEO BALUN PASSIVO Especificações mínimas: Permite transmissão de vídeo e áudio via cabo UTP (Cat 5 ou superior). Compatível com sistemas de vídeo analógico HD, Full HD, 4MP e 4K. Entrada de vídeo: conector BNC; saída de vídeo: borne com parafuso. Proteção contra surtos elétricos e interferências, garantindo sinal estável. Suporte a múltiplas tecnologias de vídeo: HDCVI, HDTVI, AHD e CVBS (analógico). Compatível com formato de vídeo NTSC. Fácil instalação, com proteção e filtro de	350	UN	50,71	17.748,50

		ruído para melhoria da qualidade do sinal.				
7	29835510 399894	CONECTOR P4 MACHO PARA CFTV Especificações mínimas: Conector P4 macho, com borne de parafuso. Condutores internos em cobre maciço ou estanhado, garantindo boa condução de energia. Corpo e isolamento em plástico resistente, adequado para operação contínua. Compatível com cabos de bitola padrão para CFTV. Impedância adequada para sinais de vídeo e alimentação de câmeras. Projetado para uso em instalações de segurança eletrônica. Durabilidade e resistência adequadas para operação contínua.	350	UN	4,50	1.575,00
8	29835511 607912	CAIXA PLÁSTICA SOBREPOR PARA SISTEMAS DE CFTV Especificações mínimas: Fabricada em plástico de alta resistência mecânica e térmica. grau de proteção mínimo IP66, adequada para uso interno e externo, protegida contra jatos fortes de água e poeira. suporte à variação de temperatura entre aproximadamente -20°C e +60°C, compatível com ambientes externos. Compatível com a instalação de equipamentos de CFTV, incluindo fontes de alimentação, conectores, cabos e acessórios. Sistema de fechamento seguro, resistente à ação de intempéries (chuva, poeira, umidade, etc.). Dimensões mínimas: 10 cm (largura) x 10 cm (altura) x 5 cm (profundidade).	350	UN	23,97	8.389,50
9	29835512 328365	PROTETOR ELETRÔNICO COM 5 TOMADAS Especificações mínimas: Proteção contra surtos de tensão, garantindo segurança para equipamentos eletrônicos e de CFTV. Chave inteligente rearmável, sem necessidade de fusível. Entrada bivolt automática 100–240 V, 50/60 Hz). Construído em material antichamas, resistente e seguro. Conexões compatíveis com padrão brasileiro (NBR 14136). Cinco tomadas de saída, com proteção adequada à corrente nominal. Chave liga/desliga com indicador luminoso de funcionamento. Temperatura de operação: 0–40 °C. Grau de proteção mínimo IP20. Comprimento do cabo adequado para uso típico em instalação de CFTV.	150	UN	73,55	11.032,50
10	29835513 605494	CABO DE REDE UTP CAT5E – 8 VIAS Especificações mínimas: Cabo UTP (par trançado) de 8 vias, condutores em	10.000	M	2,55	25.500,00

		cobre sólido 100%. Impedância característica 100 Ω, compatível com redes Ethernet. Frequência mínima de operação até 100 MHz. Classificação contra chama adequada para instalações internas (ex.: CM 70°C). Capa isolante em PVC simples, sem blindagem. Suporta aplicações com PoE e PoE+. Uso recomendado: exclusivo para instalações internas, em dutos ou paredes, onde não há exposição a intempéries ou desgaste mecânico intenso				
11	29835514 406239	CABO DE REDE UTP CAT5E – 8 VIAS COM DUPLA CAPA Especificações mínimas: Cabo UTP (par trançado) de 8 vias, condutores em cobre sólido 100%. Impedância característica 100 Ω, compatível com redes Ethernet. Frequência mínima de operação até 100 MHz. Dupla capa de proteção (PVC interno + PVC externo), sem blindagem. Classificação contra chama adequada para instalações internas (ex.: CM 70°C). Suporta aplicações com PoE e PoE+. Uso recomendado: indicado para instalações internas e externas, em locais sujeitos a umidade, exposição ao sol indireto ou maior desgaste físico.	10.000	M	5,65	56.500,00
12	29835515 1597	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	450	UN	140,00	63.000,00
13	29835516 1597	INSTALAÇÃO DE HDs Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	60	UN	101,67	6.100,20
14	29835517 1597	INSTALAÇÃO DE GRAVADORES Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	60	UN	210,00	12.600,00
15	29835518 1597	INSTALAÇÃO DE FONTES Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob responsabilidade da ganhadora.	150	UN	123,33	18.499,50
16	29835519 1597	INSTALAÇÃO DE PROTETOR ELETRÔNICO Serviço deverá contar com mão de obra, deslocamento, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais encargos sob	150	UN	106,67	16.000,50

		responsabilidade da ganhadora.				
<b>TOTAL</b>						<b>512.758,20</b>

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. Os serviços desta contratação não se enquadram como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024; última atualização: 25/10/2024
- III) Identificador da Futura Contratação: 987541-231/2025;
- IV) Id do item no PCA e Classe/Grupo: Conforme tabela abaixo

ID DO ITEM NO PCA	NOME DA CLASSIFICAÇÃO SUPERIOR (CLASSE/GRUPO)	DESCRIÇÃO DO ITEM
2634	Conversores elétricos estáticos	Acessórios: conectores: rj45 blindado, eia 568a e 568b, aplicação: câmera de vigilância, características adicionais 1: visor de gerenciamento de led local, frequência nominal: 50/60, frequência saída: 50 – 60, potência: 60, tensão alimentação: 100/240, tensão saída: 55, tipo: poe
2635	Equipamentos de armazenamento de dados	Aplicação: servidor storage, capacidade: 4, memória cache: 256, tamanho: 3,5, tipo: rígido, velocidade: 5.400
2636	Módulos eletrônicos	Aplicação: interligação de equipamento de vídeo e alimentação, características adicionais: leds: sinalização de vídeo e alimentação, tensão alimentação: 12, tipo: balun bnc/p4, tipo conexão entrada: rj45



2637	Conectores elétricos	Aplicação: equipamentos eletrônicos, tipo: p4 macho
2638	Ferragens e suprimentos de eletricidade	Aplicação: instalação cftv, características adicionais: anti-uv, resistente a raios solares, cor: branca, dimensões: 125 x 123 x 60, grau proteção: ip66, material: plástico, referência fabricante: vbox 1100 e
2639	Pecas, acessórios e ferramentas para redes de TIC	Aplicação: câmera cftv cat5, categoria: 5e, cor: azul, material condutor: cobre rígido, material revestimento: pvc - cloreto de polivinila anti-chama, tipo cabo: 4 pares, tipo condutor: trançado
2640	Fios e cabos elétricos	Características adicionais: uso externo, categoria: cat5, comprimento: 80, faixa de frequência: até 100, material do condutor: cobre, tipo: utp
2641	Serviços de instalação	Obras civis instalações prediais – som ambiente / sistema audiovisual
2642	Serviços de instalação	Obras civis instalações prediais – som ambiente / sistema audiovisual
2643	Serviços de instalação	Obras civis instalações prediais – som ambiente / sistema audiovisual

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. A contratação para Aquisição de materiais e prestação de serviços de instalação de sistema de monitoramento eletrônico, bem como prestação de serviços de manutenção corretiva do referido sistema, envolve impactos ambientais diretos e indiretos. A fabricação e descarte de equipamentos eletrônicos geram resíduos e emissões, enquanto a operação contínua aumenta o consumo de energia elétrica. A instalação e manutenção dos sistemas podem produzir resíduos de cabos,

suportes e outros acessórios, além de impactos relacionados ao transporte de equipamentos e deslocamento de técnicos.

4.1.2. Por outro lado, a utilização do sistema contribui para a proteção do patrimônio público e prevenção de danos, reduzindo desperdícios e a necessidade de substituição de bens, o que traz efeitos positivos indiretos ao meio ambiente.

4.1.3. Para mitigar impactos, recomenda-se:

4.1.3.1. Escolha de equipamentos energeticamente eficientes;

4.1.3.2. Manutenção preventiva planejada;

4.1.3.3. Destinação adequada de resíduos eletrônicos;

4.1.3.4. Contratação de fornecedores com práticas sustentáveis;

4.1.3.5. Otimização de deslocamentos técnicos.

4.1.4. Dessa forma, a aquisição dos equipamentos e a contratação dos serviços de manutenção podem ser realizadas de forma eficiente, segura e ambientalmente responsável, alinhando proteção do patrimônio à sustentabilidade.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não se aplica a essa contratação a indicação de marcas ou modelos.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Não é necessário apresentação de amostras para essa contratação.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não será exigido carta de solidariedade para esta contratação.

#### **Subcontratação**

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

#### **Informação faz,**

4.8. Considerando que o objeto desta licitação envolve o fornecimento de equipamentos e a prestação dos serviços de instalação de forma integrada e indissociável, não haverá reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015.

4.9. A indivisibilidade do objeto justifica-se pela necessidade de execução unificada por um único fornecedor, de modo a assegurar a compatibilidade entre os equipamentos fornecidos e sua



correta instalação, evitando fragmentação de responsabilidades, riscos de incompatibilidade técnica e aumento de custos administrativos.

~~4.10. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.~~

~~4.10.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.~~

~~4.10.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

~~4.10.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

#### **Margem de Preferência:**

4.11. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

4.11.1 Fica concedido tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 21.231/2024.

4.11.2 O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência normal ou adicional, prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto na Resolução nº 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega e instalação dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de empenho. Os objetos serão solicitados conforme demanda e necessidade do município.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os equipamentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na Avenida Dedi Barichello Montagner, nº 520, Centro, Município de Dois Vizinhos/PR, conforme cronograma disponibilizado pela Administração.

5.4. Após a entrega, a contratada será responsável pela instalação e configuração dos equipamentos nas unidades escolares indicadas pela Secretaria, incluindo aquelas localizadas no interior do Município. Ressalta-se que, em alguns CMEIs e escolas, já foi realizado o fornecimento e instalação de parte do quantitativo de equipamentos; contudo, permanecem pendentes itens complementares que devem ser instalados ou configurados

nesta contratação, de modo a atender integralmente a necessidade de cada unidade, conforme detalhado a seguir:

Unidade	Endereço	Status da Instalação
<b>Escolas Municipais</b>		
28 de Novembro	Rua Padre Anchieta, nº 759, Centro Norte	Pendente
Carrossel	Rua Mascarenhas de Moraes, nº 215, São Francisco de Assis	Pendente
Jardim da Colina	Rua Laurindo Menegat, nº 526, Margarida Galvan	Pendente
João Paulo II	Prolongamento da Rua Frederico Galvan, nº 505, São Francisco Xavier	Pendente
Lonny Lange	Travessa Dona Maria Piana, nº 264, Centro	Pendente
Nossa Sra. de Lourdes	Rua Rio Grande do Norte, s/n, Nossa Senhora de Lourdes	Pendente
Presidente Vargas	Rua Paraná, nº 1122, Centro Sul	Parcial – itens complementares pendentes
Santa Luzia	Rua Argentina, nº 168, Santa Luzia	Pendente
Tia Anastácia	Avenida Rio Grande do Sul, nº 1332, Sagrada Família	Parcial – itens complementares pendentes
<b>Escolas do Interior</b>		
José Bonifácio	Linha Empossado	Pendente
Juscelino K.	Santa Lucia	Pendente
Nossa Sra. da Salete	São Francisco do Bandeira	Pendente
Plínio Salgado	Linha Conrado	Parcial – itens complementares pendentes

Unidade	Endereço	Status da Instalação
<b>CMEIs</b>		
Camila	Rua das Avencas, nº 250, Jardim da Colina	Parcial – itens complementares pendentes
Ciranda do Saber	Rua Paraná, nº 185, São Francisco Xavier	Parcial – itens complementares pendentes
Mãe Maria	Rua Argentina, nº 94, Santa Luzia	Parcial – itens complementares pendentes
Mariana	Rua do Comércio, nº 1226, São Francisco de Assis, Esq. com Rua Mário de Barros, nº 855	Parcial – itens complementares pendentes
Mundo Feliz	Rua Mário de Barros, nº 855, Centro	Parcial – itens complementares pendentes
Nona Luíza	Rua Paulo Antônio Godoy, nº 285, Bairro da Luz	Parcial – itens complementares pendentes
<b>Departamentos e Locais vinculados a Secretaria Municipal de Educação e Cultura</b>		
Dpto de Cultura	Avenida Dedi Barichello Montagner, n.º 191	Pendente
Biblioteca Municipal	Avenida Dedi Barichello Montagner, n.º 19	Pendente
Centro Cultural	Avenida Dedi Barichello Montagner, n.º 760	Pendente

**Parágrafo único.** Todos os custos de deslocamento, transporte de materiais, mão de obra e demais despesas necessárias para a execução das instalações nas unidades de ensino correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo à Administração qualquer acréscimo além do valor contratado.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

- 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias
- 7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
  - 7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **Cessão de Crédito**

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.39.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.39.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.39.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/09/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será feito sob demanda e de forma parcelada.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{l}
 \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{array}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica para fornecimento de bens (materiais de monitoramento eletrônico):**

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do objeto ora licitado, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de capacidade técnica, ainda que relativos a contratos executados em épocas distintas.

9.30.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Qualificação Técnica para execução de serviços (instalação)**

9.31. Atestado(s) de Capacidade Técnica registrado(s) no Conselho de Classe competente (CREA ou CFT), que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, em nome da empresa licitante (CNPJ) ou do responsável técnico detentor de Acervo Técnico (ACT), desde que comprovado o vínculo deste com a empresa na data da abertura da licitação.

9.32. Para fins de comprovação, os atestados deverão referir-se a contrato(s) já executado(s) que contemplem, no mínimo, a execução de serviços de instalação de sistemas de monitoramento eletrônico.

9.33. Declaração de que a empresa possui em seu quadro, no mínimo, 01 (um) profissional de nível técnico ou superior, com atribuições compatíveis com o objeto, devidamente registrado no CREA ou CFT.

9.34. A comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa, na data de abertura da licitação, deverá ser comprovada por meio de:

9.34.1 CTPS ou ficha de registro de empregados, quando se tratar de empregado;

9.34.2 Ato constitutivo ou contrato social, quando dirigente ou sócio;

9.34.3 Contrato de prestação de serviços, quando vínculo de natureza civil.

9.35. Declaração de que a empresa possui em seu quadro, no mínimo, 01 (um) profissional treinado pelo fabricante das câmeras ou com certificação técnica equivalente.

9.36. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho de Classe (CREA ou CFT), contendo: razão social, endereço, número e data do registro, ramo de atividade e nome do responsável técnico.

9.37. Certificado de Registro do Responsável Técnico no respectivo Conselho de Classe, com atribuições compatíveis com o objeto desta licitação.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 512.758,20 (quinhentos e doze mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município de Dois Vizinhos.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 07 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
- II) Unidade: 001 Departamento de Ensino
- III) Projeto Ou Atividade: 12.361.0006.2031 Ensino Fundamental
- IV) Conta De Despesa: 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
- V) Fonte De Recurso: 02490 E 00104 0104/01/01/00/00 Demais Impostos Vinculados À Educação Básica

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 1 de outubro de 2025.

---

**Leda Maria Ferrari**  
**Gestora da Secretaria Mun. de Educação e Cultura**  
**Decreto N.º 20806/2024**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 51F0-B224-C6C5-FBDB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PAMELA FERNANDA SILVA (CPF 081.XXX.XXX-05) em 01/10/2025 14:30:38 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEDA MARIA FERRARI (CPF 023.XXX.XXX-70) em 01/10/2025 14:31:48 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FERNANDA BERNES FRANÇA (CPF 046.XXX.XXX-04) em 01/10/2025 14:35:15 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 01/10/2025 14:38:08 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JAILENE DALBOSCO (CPF 037.XXX.XXX-75) em 02/10/2025 07:28:06 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/51F0-B224-C6C5-FBDB>